

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO
987223/05-7



**PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DE
DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA,
SUBORDINADA AOS DEMAIS CREDITORES DA EMISSORA, DA PANAMERICANO ARRENDAMENTO
MERCANTIL S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.240, 13º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 02.682.287/0001-02 neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora"; e

PENTÁGONO S.A. DTVM, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, sala 514, bloco nº 04, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada nesta Escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário";

vêm celebrar o presente "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada aos Demais Credores da Emissora, da Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.", doravante designado simplesmente "Aditamento", mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

1. Pelo presente instrumento, resolvem as partes alterar os itens 1.1, 2.1.1, 2.1.4.1, 4.3.1.7, 4.3.1.8, 4.3.1.8 (i), 4.3.1.8 (ii), 4.3.1.9 e 5.3.6 da "Escritura Particular da 3ª Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada aos Demais Credores da Emissora, da Panamericano Arrendamento Mercantil S.A." celebrada em 17 de novembro de 2005 e inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP em 29 de novembro de 2005 ("Escritura"), que passarão a vigorar com a seguinte redação:



JUCESP
“1.1 *A presente Escritura é celebrada com base em deliberações do Conselho de Administração da Emissora em reuniões realizadas (i) em 24 de outubro de 2004, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP em 27 de outubro de 2005, e publicada em 17 de novembro de 2005 no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e em 1º de novembro de 2005 no jornal “Gazeta Mercantil” e (ii) em 2 de dezembro de 2005, arquivada na JUCESP em 9 de dezembro de 2005, e publicada no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no jornal “Gazeta Mercantil” em 13 de dezembro de 2005, nos termos do artigo 59, § 1º, da Lei nº 6.404/76, com redação conferida pela Lei nº 10.303/01.”*

2.1.1 Arquivamento e Publicação das Atas de Reunião do Conselho de Administração

2.1.1.1 *As atas de Reunião do Conselho de Administração que deliberaram sobre a presente emissão de debêntures (“Emissão”) foram devidamente arquivadas na JUCESP e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Gazeta Mercantil”, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.”*

2.1.4.1 *As debêntures da presente Emissão (“Debêntures”) serão registradas para negociação e distribuição na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (entidade de mercado de balcão organizado), através do Sistema Nacional de Debêntures – SND e do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, respectivamente. A liquidação financeira da negociação e da distribuição das Debêntures, bem como sua custódia, serão processadas na CETIP.”*

4.3.1.7 *Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da ocorrência de referido evento, convocar assembléia geral de debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o*

A

1

ML



~~parâmetro a ser aplicado. Referida assembleia de debenturistas deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a sua convocação. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da assembleia geral de debenturistas.~~

“4.3.1.8. Caso o novo parâmetro proposto não seja aprovado por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme definido abaixo, as Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu valor nominal unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculado pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da remuneração, conforme o caso; nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicáveis às Debêntures a serem resgatadas para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.3.1.8.1 Caso o novo parâmetro proposto por debenturistas que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, conforme definido abaixo, não seja aprovado pela Emissora, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas estabelecidas nas alíneas (i) e (ii) abaixo, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu valor nominal unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculado pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da remuneração, conforme o caso; nesta última alternativa, para

3

1



~~cálculo dos Juros Remuneratórios aplicáveis às Debêntures a serem resgatadas para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou~~

- ii) a Emissora deverá propor novo cronograma, diferente do original, para pagamento do valor nominal unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos nos termos da Escritura, o qual não excederá a Data de Vencimento; nesta alternativa, durante o novo cronograma de pagamento das Debêntures, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida originalmente, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizado o parâmetro de remuneração definido pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas, ficando desde já estabelecido que será vedado à Emissora amortizar as Debêntures em outra data que não aquela estabelecida no novo cronograma apresentado aos debenturistas, ficando a Emissora obrigada a celebrar com o Agente Fiduciário o respectivo aditamento à esta Escritura."

"4.3.1.9 Para os fins do presente instrumento, entende-se por Debêntures em circulação aquelas que não estejam mantidas na tesouraria da Emissora, ou que não sejam de titularidade de seus administradores, de seus controladores, de suas coligadas ou de suas controladas."

"5.3.6 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada no item 5.3.5 acima. As Debêntures resgatadas nos termos deste item serão obrigatoriamente canceladas."

2. O presente Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores, permanecendo vigentes, válidas e eficazes as demais disposições da Escritura não expressamente alteradas por este instrumento.



4






3. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente Aditamento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 14 de dezembro de 2005


**PANAMERICANO ARRENDAMENTO
MERCANTIL S.A.**
Por:
Cargo:


PENTÁGONO DTVM S.A.
Por: **MARCELO DA COSTA RIBEIRO**
Cargo: **PROCURADOR**

Testemunhas:

1.
Nome:
RG:

2.
Nome:
RG:

